

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EXPERIÊNCIAS COMO ESTAGIÁRIA NA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ARTICULAÇÃO SOCIAL DA SEMA DE FORTALEZA.

Samantha Lara Moura Taleires ¹

Ulisses Jose de Lavor Rolim ²

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) emerge como um pilar fundamental para o enfrentamento da crise ecológica contemporânea, atuando na promoção da conscientização socioambiental e no incentivo a práticas sustentáveis. Teoricamente, a EA transcende a mera transmissão de informações, buscando, conforme postulado por Carvalho (2017), a transformação de valores e atitudes em direção a uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada. Essa perspectiva é reforçada por Jacobi (2003), que enfatiza o papel da EA na articulação entre diferentes atores sociais para a gestão democrática dos recursos ambientais. No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei nº 9.795/1999) estabelece as diretrizes para a atuação do poder público e da sociedade civil no tema, sendo a sua efetivação crucial para o desenvolvimento sustentável.

Nesse panorama, as ações da Secretaria do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (SEMA), através de sua Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS), inserem-se na dinâmica de aplicação dessas políticas. A atuação da Coordenadoria baseia-se na premissa de que a efetividade da EA depende de uma abordagem sistêmica, englobando a capacitação contínua (Cursos de Multiplicadores e de Formação de Educadores), a mobilização da sociedade (Junho Ambiental, Festa Anual das Árvores) e a articulação interinstitucional (CIEA, A3P). Programas como o Agente Jovem Ambiental (AJA) materializam o princípio do protagonismo juvenil e da inclusão socioambiental, enquanto a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) consolida a EA como um instrumento de gestão pública eficiente, alinhando a sustentabilidade com a redução de gastos e o uso racional de recursos. A convergência destas ações reforça o objetivo da EA em promover uma consciência ecológica coletiva e duradoura. O objetivo central é destacar as atividades desempenhadas no estágio e analisar seus impactos na formação profissional do estagiário e na sociedade.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - CE, samantha.taleires@hotmail.com;

² Professor orientador: Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado - CE e Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, ulisses.jose@sema.ce.gov.br

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, empregando a observação participante e a análise documental das atividades e materiais da Coordenadoria. As práticas vivenciadas englobaram a organização e execução de palestras, oficinas, campanhas educativas e a elaboração de materiais pedagógicos, as quais são elementos-chave para a disseminação do conhecimento e a mobilização comunitária.

As discussões e resultados apontam que a articulação interinstitucional — entre órgãos públicos, educadores e a sociedade civil — é um fator decisivo para a efetividade das iniciativas de EA, culminando em mudanças de comportamento mais duradouras. O estudo também evidencia a importância do fortalecimento das políticas públicas para assegurar a continuidade e a abrangência dessas ações. Em suma, a experiência de estágio proporcionou uma compreensão aprofundada dos desafios e das potencialidades da EA em um órgão gestor, revelando-se enriquecedora para a formação acadêmica e profissional. Conclui-se, portanto, que a inserção de práticas educativas ambientais no âmbito das políticas públicas é fundamental para a construção de uma consciência ecológica coletiva e para a consolidação da sustentabilidade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de carácter exploratório e descritivo, baseada nas experiências vivenciadas durante o estágio na Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS) da SEMA. A principal técnica de pesquisa empregada foi a observação participante, na qual a estagiária se inseriu diretamente nas atividades e nos processos de trabalho da Coordenadoria, acompanhando a organização e a execução dos projetos. Complementarmente, utilizou-se a análise documental de materiais internos e públicos da SEMA/COEAS, incluindo regulamentos dos programas (AJA, A3P), relatórios de eventos (Junho Ambiental, Festa Anual das Árvores, Dia Mundial da Limpeza) e materiais pedagógicos dos cursos (Curso de Multiplicadores e de Formação de Educadores Ambientais). A triangulação entre a experiência prática (observação participante) e a análise dos documentos permitiu a sistematização das informações sobre a natureza das ações da SEMA e a análise crítica da participação do estagiário. O período de coleta de dados e observação correspondeu ao tempo total de duração do estágio, oferecendo uma visão abrangente sobre o planejamento, a execução e o impacto das políticas públicas de Educação Ambiental no estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental (EA) transcende a simples transmissão de informações ecológicas, configurando-se como um processo educativo crítico e transformador. Como destaca Carvalho (2017), a EA deve promover a formação do sujeito ecológico, um indivíduo consciente de sua interdependência com o meio ambiente e capaz de transformar valores e atitudes em prol de uma sociedade mais justa, solidária e ecologicamente equilibrada.

“Dessa maneira, a EA está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos (CARVALHO, 2012,p.69).

Nessa perspectiva, o processo educativo é entendido como um movimento de sensibilização e reflexão ética, que busca a reconstrução das relações entre seres humanos e natureza. Complementarmente, Jacobi (2003) enfatiza que a EA é, antes de tudo, um ato político voltado à transformação social, articulando-se à cidadania e à sustentabilidade. Para ele, a EA deve estimular a participação democrática, a coesão social e o diálogo entre saberes, rompendo com visões fragmentadas do conhecimento e com o paradigma desenvolvimentista baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais. Nesse sentido, Jacobi (2003) ressalta que a crise ambiental contemporânea exige uma mudança de racionalidade, em que o acesso à informação e a formação cidadã tornam-se instrumentos fundamentais para a gestão democrática dos bens comuns.

Desse modo, conforme também orienta a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a efetivação da EA depende da articulação entre o poder público, as instituições educativas e a sociedade civil. Essa integração reforça a concepção de que a educação ambiental é um processo permanente e interdisciplinar, comprometido com a transformação de valores e a participação social na construção de um futuro sustentável. Essa proposta se aproxima das reflexões de Jacobi (2003), ao considerar que o ambiente escolar pode e deve ser um espaço de articulação entre conhecimento e ação, onde a construção coletiva do saber contribui para a formação de sujeitos ativos, capazes de propor soluções aos problemas socioambientais locais. Essa concepção rompe com o paradigma antropocêntrico e aproxima-se do que Carvalho (2017) denomina “formação do sujeito ecológico”, isto é, a constituição de identidades comprometidas com o cuidado, a ética e a responsabilidade ambiental.

Dessa forma, a escola torna-se um espaço privilegiado de formação cidadã e ecológica, onde a Educação Ambiental atua como eixo transversal capaz de integrar diferentes áreas do conhecimento e promover atitudes sustentáveis no cotidiano escolar. Essa abordagem

interdisciplinar e participativa reflete o que Jacobi (2003) chama de educação ambiental crítica, uma prática pedagógica comprometida com a transformação social e com a construção de uma cultura de sustentabilidade, baseada na justiça, na equidade e na corresponsabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da experiência de estágio na Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS) da SEMA foram analisados com base nos três eixos estruturantes de atuação da Coordenadoria capacitação, mobilização e articulação/gestão institucional. A presença enquanto estagiária ocorreu de forma transversal a esses eixos, o que possibilitou uma compreensão aprofundada da aplicação prática dos princípios teóricos da educação ambiental.

No âmbito da capacitação, a COEAS desenvolve programas sólidos, tais como o curso de Multiplicadores em Educação Ambiental e o curso de Formação de Educadores Ambientais com metodologia participativa e centrada em planos de ação elaborados por agentes da sociedade civil e com foco no protagonismo comunitário no ambiente escolar ou empresarial. A atuação da estagiária concentrou-se no suporte administrativo e logístico: análise de materiais didáticos, apoio na construção e envio de certificados de participação. Essa vivência evidenciou que a eficácia dos programas decorre diretamente da adoção de metodologias vivenciais e participativas aspecto que, conforme Jacobi (2003), é fundamental para que a transformação de comportamento seja duradoura e efetiva. Além disso, segundo relatório da SEMA, a COEAS tem entre seus objetivos implementar capacitações para diversos segmentos da sociedade.

No eixo da mobilização social, são realizadas campanhas de grande alcance, tais como o “Junho Ambiental”, a “Festa Anual das Árvores (FAA)”, o “Dia Mundial de Limpeza das Praias, Rios e Lagoas”. Tais atividades visam articular municípios, unidades de conservação, escolas e comunidades por meio de ações como plantios de mudas e mutirões de limpeza. A estagiária participou no suporte à logística dos mutirões de coleta seletiva, na sensibilização in loco dos participantes, na distribuição de mudas e materiais educativos bem como no envio de certificados. Em complemento, destaca-se a importância da articulação interinstitucional, que se comprovou como fator decisivo para a abrangência e o sucesso das iniciativas, reforçando a educação ambiental como processo contínuo de conscientização que impulsiona a pauta ambiental no debate público. Por exemplo, o “Junho Ambiental” foi promovido pela SEMA e envolveu 159 municípios e 29 unidades de conservação.

Adicionalmente, neste eixo cabe a inclusão do evento “2º Festival Ceará Sem Fome”. Em outubro de 2025, o Governo do Ceará promoveu o festival entre 15 e 18 de outubro para celebrar dois anos do programa Ceará Sem Fome uma iniciativa de segurança alimentar, com

painéis temáticos, corrida solidária e debates com organismos internacionais. A inclusão desse evento amplia o escopo da mobilização social ao ligá-la não apenas às questões ambientais, mas à intersecção com segurança alimentar, promoção social e inclusão o que reforça a transversalidade da educação ambiental com outras políticas públicas.

Sob o prisma da articulação e da gestão institucional, a COEAS ocupa papel estratégico. Programa-chave dessa área é o Agente Jovem Ambiental (AJA), que promove a inclusão social e ambiental de jovens entre 15 e 29 anos por meio de auxílio mensal, formação e atuação em unidades de conservação. A estagiária concentrou-se no cadastro de novos agentes, análise documental no processo de inscrições, garantindo conformidade e transparência da seleção. Em complemento, o projeto “Verdejar” cuja atuação foca em sustentabilidade na região litorânea da Área Serviluz (Titanzinho) por meio de ações integradas de educação ambiental, conservação da fauna e flora locais, e participação comunitária também se destaca nessa dimensão institucional. Esta atuação reforça a perspectiva de que a sustentabilidade deve iniciar na própria máquina pública e operar como exemplo ético de uso racional de recursos, como defendido por Carvalho (2017), segundo quem a educação ambiental precisa ser praticada em todos os níveis da sociedade. No sentido institucional, a SEMA reconhece que a COEAS deve coordenar e fomentar planos e programas de educação ambiental de forma participativa e democrática.

A inserção enquanto estagiária não ficou restrita a tarefas administrativas participação de programas, passando pela mobilização, até a execução em campo. Além disso, a experiência demonstrou que a educação ambiental adquire eficácia e durabilidade quando articulada entre formação, mobilização e institucionalização. O fato de participar simultaneamente dos três eixos permitiu perceber que nenhuma ação isolada confere impacto sustentável: capacitação sem mobilização perde alcance; mobilização sem articulação institucional carece de continuidade; gestão institucional sem engajamento comunitário carece de legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio na Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS) da SEMA de Fortaleza proporcionou uma valiosa compreensão da complexidade e das potencialidades da Educação Ambiental no âmbito da gestão pública. Conclui-se que a efetividade da EA enquanto política pública depende intrinsecamente da articulação interinstitucional (promovida pela CIEA) e da adoção de metodologias que incentivem o protagonismo social (como visto no AJA e nos Planos de Ação dos cursos). O estágio confirmou o papel da COEAS como um agente catalisador que transforma diretrizes legais (PNEA) em

ações concretas de capacitação (cursos) e mobilização (junho Ambiental), consolidando a EA como um eixo estratégico para a construção de um Ceará mais verde e sustentável.

A inserção em projetos como o AJA e o acompanhamento da A3P revelaram a importância de uma abordagem integrada, onde a sustentabilidade é vista tanto como uma ferramenta de inclusão social e econômica quanto de eficiência administrativa. Para a formação profissional, a experiência foi enriquecedora ao permitir a aplicação prática de conhecimentos teóricos, expondo os desafios logísticos e metodológicos de implementar a EA em larga escala. Sugere-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a avaliação do impacto de longo prazo dos projetos socioambientais executados pelos Agentes Jovens Ambientais e a quantificação dos resultados de redução de consumo alcançados pelos órgãos públicos aderentes à A3P.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Políticas Públicas, Sustentabilidade, Sensibilização, Formação Profissional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão pela valiosa oportunidade de atuar como estagiária na Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará (SEMA), mais especificamente na Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS). Em particular, agradeço imensamente a Ulisses Rolim, Coordenador da COEAS, pelo acolhimento, orientação e confiança, e a toda a equipe da Coordenadoria, pela colaboração, ensinamentos e por compartilharem seu conhecimento e paixão pela causa ambiental. Esta experiência tem sido fundamental para o meu desenvolvimento, e levarei os aprendizados e o espírito de equipe da COEAS para a minha trajetória futura

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Editora Cortez, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.
- JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003 Tradução. . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>.